INFÂNCIA, EDUCAÇÃO E FAMÍLIA: ALICERCES PARA O DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DA CRIANÇA

RENATA PIRES FIGUEIREDO

Resumo

Ao longo dos tempos, a forma como a sociedade compreende a infância passou por relevantes mudanças, refletindo transformações nos aspectos sociais, culturais e educacionais. Durante séculos, a criança foi vista como um ser em formação, carente de autonomia e participação ativa, muitas vezes excluída das decisões que impactavam diretamente sua vida, sobretudo no campo educacional e social. Foi apenas a partir do século XX que essa visão começou a ser revista, impulsionada pelos avanços nas áreas da pedagogia, psicologia e das ciências humanas, que passaram a reconhecer a infância como uma fase singular do desenvolvimento, digna de proteção, respeito e investimento. Essa nova concepção trouxe contribuições significativas à forma como a sociedade passou a valorizar a criança como sujeito de direitos e de experiências próprias.

Com base nessa perspectiva contemporânea, este artigo se propõe a analisar aspectos essenciais relacionados à infância e à Educação Infantil, iniciando por uma leitura da história social da infância e da família. Esse percurso revela como a ideia de infância foi construída ao longo do tempo e de que maneira essa construção influenciou os vínculos familiares e as dinâmicas sociais. Destaca-se, ainda, a importância da Educação Infantil como um espaço legítimo de desenvolvimento, onde a criança é reconhecida como protagonista do processo educativo ativa, criativa e produtora de cultura e não apenas como alguém que está "se preparando" para etapas posteriores.

Outro ponto central do estudo é o papel fundamental da família como primeiro espaço de pertencimento, convívio e formação de vínculos afetivos. A influência familiar é determinante no desenvolvimento emocional, moral e cognitivo da criança, especialmente nos primeiros anos de vida. Reconhecendo-se as mudanças nas configurações familiares contemporâneas, o texto também enfatiza a urgência de um trabalho colaborativo entre família e escola, visando garantir uma formação integral e sensível às necessidades da infância.

Por fim, discute-se o papel do educador na Educação Infantil como figura central no processo de mediação das experiências vividas pelas crianças. O professor é aquele que acolhe, escuta, planeja e conduz práticas pedagógicas baseadas no respeito, na ludicidade, na ética e na construção de valores democráticos. Assim, a proposta educativa deve valorizar o brincar, a escuta ativa e a singularidade da infância, contribuindo para a formação de sujeitos mais críticos, autônomos e sensíveis.

Portanto, a reflexão aqui desenvolvida busca compreender como a infância é construída socialmente e como pode ser valorizada de forma mais equitativa e transformadora. A ação integrada entre escola, família e educadores surge como eixo essencial para assegurar uma educação de qualidade, comprometida com a justiça social, os direitos da criança e a construção de uma sociedade mais humana e inclusiva.

Palavras-chave: Infância; Família; Desenvolvimento Infantil; Educação Integral.

Introdução

Ao longo da trajetória histórica da humanidade, o entendimento sobre a infância passou por mudanças profundas e marcantes. Por muitos séculos, a criança foi compreendida como um ser inacabado, dependente e desprovido de autonomia, sendo, muitas vezes, invisibilizada nas decisões e debates sociais e educacionais que a envolviam diretamente. Essa imagem começou a ser desfeita somente no século XX, quando as contribuições da psicologia, da pedagogia e das ciências humanas passaram a reconhecer a criança como um sujeito de direitos, em pleno processo de desenvolvimento, com características e demandas próprias que exigem atenção diferenciada.

Esse novo paradigma sobre a infância trouxe avanços consideráveis para as políticas pú-

blicas e práticas educacionais, promovendo uma revalorização dessa fase da vida como fundamental para a construção de uma sociedade mais ética, solidária e democrática. Reconhecer a criança como cidadã desde os primeiros anos de vida, respeitando sua singularidade, tornou-se essencial para garantir processos educativos mais humanizados e coerentes com os direitos da infância.

Partindo dessa perspectiva, este estudo está dividido em quatro partes, cada uma voltada para um aspecto relevante do universo infantil e da Educação Infantil. O primeiro capítulo aborda a trajetória histórica e social da infância e da família, analisando como o conceito de infância foi sendo moldado culturalmente ao longo do tempo, e de que forma essa construção simbólica influenciou o lugar ocupado pela criança nas relações sociais e familiares.

No segundo capítulo, discute-se o papel da Educação Infantil como espaço formativo primordial. Longe de ser apenas uma etapa preparatória para o ensino fundamental, essa fase é reconhecida como um ambiente autêntico de aprendizagens significativas, convivência social e desenvolvimento pleno. A criança é compreendida como agente ativo de sua formação, criadora de sentidos e produtora de cultura.

O terceiro capítulo se dedica à análise da função da família na constituição da subjetividade e no crescimento integral da criança. Sendo o primeiro ambiente de socialização e afeto, a família exerce influência direta sobre o desenvolvimento emocional, moral e intelectual dos pequenos. Nesta parte do estudo, são também exploradas as mudanças nas configurações familiares contemporâneas e a importância de um vínculo de parceria entre escola e família para o fortalecimento da educação infantil.

Na última seção, o enfoque recai sobre a figura do professor e sua atuação na Educação Infantil. O educador é apresentado como um sujeito comprometido com a escuta sensível, com o cuidado e com a mediação das experiências que favorecem a construção de conhecimentos e valores. Com base em teóricos como Paulo Freire, Emilia Ferreiro, Tizuko Kishimoto e João Wanderley Geraldi, destaca-se a importância de práticas pedagógicas pautadas na ludicidade, no diálogo, na ética e na formação cidadã desde os primeiros anos de escolarização.

A proposta deste trabalho é compreender, sob múltiplos olhares, como a infância tem sido concebida e valorizada na contemporaneidade. Busca-se, ainda, refletir sobre as formas de atuação articulada entre educadores, escola e família, no intuito de promover uma educação que respeite a infância em sua totalidade e contribua para a construção de uma sociedade mais justa, equitativa e transformadora.

1. Transformações Históricas da Infância e da Estrutura Familiar

A forma como se percebe a infância e o papel social da família passou por intensas reformulações ao longo dos séculos. Nem sempre a criança ocupou o centro das atenções no que se refere ao cuidado, à educação e à proteção. Da mesma forma, o conceito de família não foi sempre o mesmo: ele se moldou a partir das transformações culturais, políticas e econômicas de cada período histórico.

Durante a Idade Média, por exemplo, a infância não era reconhecida como uma fase autônoma e diferenciada da vida. Como afirma Ariès (1981), não havia um "sentimento de infância" como o que conhecemos hoje. Isso não significava abandono ou maus-tratos, mas sim a inexistência de uma distinção clara entre as etapas da vida. Crianças eram inseridas rapidamente no mundo dos adultos, sem que houvesse qualquer mediação entre essas fases, tanto em comportamentos quanto em vestimentas, linguagem ou tarefas cotidianas.

Essa percepção só começou a mudar com o surgimento da família moderna, por volta dos séculos XVII e XVIII. Conforme destaca Del Priore (2000, p. 24), foi nesse período que a criança passou a ser vista como um ser em formação, vulnerável e, por isso, merecedora de atenção específica, proteção e educação dirigida às suas necessidades. A infância passou, então, a ser concebida como um tempo próprio da existência, separado da vida adulta, com direitos e cuidados próprios.

Com o avanço do pensamento iluminista e a ascensão da burguesia, consolidou-se a

ideia da infância como etapa fundamental do desenvolvimento humano. A educação ganhou papel central nesse novo contexto, sendo encarada como meio de formação do caráter, da moral e da inteligência. A família tornou-se o espaço privilegiado para a socialização primária, responsável por moldar o indivíduo para viver em sociedade. No entanto, mesmo com esse avanço, o modelo familiar era fortemente marcado por estruturas patriarcais, nas quais o pai exercia autoridade suprema e a disciplina e obediência eram os pilares da educação.

Durante muito tempo, práticas como a entrega de crianças a outras famílias para fins de aprendizagem de ofícios e valores sociais eram comuns. Segundo Mendonça (2012, p. 17), aos sete anos de idade, era frequente que meninos e meninas fossem enviados a outras casas para adquirir habilidades domésticas e noções de comportamento social. Isso dificultava o fortalecimento de laços afetivos entre pais e filhos. Havia, ainda, pouca diferenciação entre as fases da vida, com crianças e adultos compartilhando os mesmos espaços, atividades e conteúdos escolares.

Foi apenas com os grandes eventos históricos como a Revolução Industrial, o Iluminismo e a constituição de Estados laicos que o olhar sobre a infância começou a se transformar de forma mais ampla. Mesmo assim, essas mudanças beneficiavam prioritariamente as crianças das elites, enquanto as mais pobres permaneciam marginalizadas. Somente com a consolidação do sistema capitalista é que a infância passou a ser pensada como um investimento para o futuro da sociedade.

Segundo ROSEMBERG,2001, P.29):

"A partir da segunda metade do século XX, sobretudo após a Segunda Guerra Mundial, as mudanças no papel social da mulher e sua crescente inserção no mercado de trabalho exigiram novas formas de organização da sociedade, principalmente no que se refere ao cuidado das crianças pequenas. Esse movimento contribuiu para a valorização da educação infantil, não mais apenas como espaço assistencial, mas como lugar de desenvolvimento integral. Pesquisas em diversas áreas passaram a evidenciar que os primeiros anos de vida são fundamentais para a constituição da personalidade, da inteligência, das emoções e da sociabilidade, revelando que a aprendizagem ocorre desde os primeiros momentos de vida."

A partir da Segunda Guerra Mundial, o cenário social se modificou profundamente. O ingresso massivo das mulheres no mercado de trabalho impulsionou a necessidade de espaços institucionais para acolhimento e cuidado das crianças, como creches e pré-escolas. Isso reforçou o reconhecimento da importância da educação na primeira infância, agora compreendida como um período vital para o desenvolvimento das capacidades cognitivas, emocionais e sociais. Pesquisadores passaram a afirmar que a aprendizagem começa desde o nascimento e que os primeiros anos de vida são determinantes na formação humana.

No Brasil, o acesso à educação pública infantil foi sendo estruturado apenas no século XX. Inicialmente, a educação pré-escolar era informal, marcada pela ausência de profissionais preparados e por práticas improvisadas, muitas vezes sustentadas por trabalho voluntário e sem continuidade (MENDONÇA, 2012). A promulgação da Constituição Federal de 1988 foi um marco na valorização da infância, garantindo à criança o status de sujeito de direitos e incorporando a educação infantil como parte do sistema educacional.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em seu artigo 29, define a educação infantil como a primeira etapa da educação básica, voltada para crianças de até seis anos de idade. Seu objetivo é complementar a ação da família e da comunidade, promovendo o desenvolvimento integral nos aspectos físico, psicológico, intelectual e social. Mendonça (2012, p. 42) ressalta que essa concepção de educação deve estar orientada por um projeto pedagógico que compreenda a infância como processo de formação humana e que proporcione experiências significativas desde os primeiros anos de vida.

Compreender o percurso histórico da infância e da família nos permite refletir criticamente sobre os padrões que hoje orientam as práticas educativas e os modelos familiares. Perceber que esses modelos são frutos

de construções sociai e não verdades universais é essencial para promover mudanças alinhadas aos direitos da criança e à busca por uma sociedade mais democrática, plural e inclusiva.
Estudar a história da infância, nesse sentido, é um exercício de análise das representações que moldaram comportamentos, normas e expectativas em relação às crianças e às famílias. Muitas dessas representações, mesmo ultrapassadas pelos avanços teóricos e legais, continuam sendo reproduzidas, o que revela a urgência de repensar práticas de cuidado, educação e disciplina à luz dos princípios contemporâneos de dignidade e equidade.
Além disso, essa perspectiva histórica contribui para o fortalecimento do debate sobre as políticas públicas direcionadas à infância. O reconhecimento da criança como sujeito social, em pleno desenvolvimento, está garantido por legislações como a Constituição de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e tratados internacionais como a Convenção sobre os Direitos da Criança. Como destaca o MEC/SEB (2006):
"Reconhecer a criança como sujeito social em desenvolvimento, portadora de direitos assegurados pela Constituição Federal de 1988, pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e por tratados internacionais como a Convenção sobre os Direitos da Criança, implica compreender que a infância deve ser protegida e promovida por meio de políticas públicas integradas. Nesse sentido, torna-se urgente a formulação e a efetivação de ações concretas no campo da educação, capazes de garantir o acesso, a permanência e a qualidade no processo educativo, respeitando as singularidades da infância e assegurando condições dignas para seu pleno desenvolvimento físico, emocional, cognitivo e social."

Desse modo, ao conhecer o percurso histórico da infância e da família, é possível olhar para o presente com mais criticidade e compromisso. Promover políticas públicas sensíveis à diversidade cultural e socioeconômica, que considerem as especificidades de cada contexto familiar, é uma tarefa fundamental para assegurar a todas as crianças o direito de crescer em ambientes protetores, saudáveis e que favoreçam o desenvolvimento em todas as suas dimensões.

2. A Educação Infantil como Alicerce para o Desenvolvimento Humano e Cognitivo

A fase inicial da educação formal, conhecida como Educação Infantil, é decisiva na formação das crianças, pois é nesse momento que ocorrem as primeiras interações com o universo simbólico, social e cultural. É nessa etapa que se constroem as bases do pensamento, da linguagem, da afetividade e da identidade. As experiências vividas nesse período influenciam de forma duradoura o modo como a criança se relacionará com o mundo, com os outros e consigo mesma. Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), essa fase é voltada às crianças de zero a seis anos, sendo organizada em creches (0 a 3 anos) e pré-escolas (4 a 6 anos), conforme apontado por Mattioli (apud Tadei; Storer, 1998).
Durante esses primeiros anos de vida, a criança é marcada pela curiosidade, pela capacidade imaginativa e por um olhar encantado diante do cotidiano. Walter Benjamin (1984) enfatiza o fascínio infantil pelos objetos aparentemente sem valor para os adultos sobras, restos e materiais descartados, pois é a partir deles que a criança projeta sentidos, cria mundos e reconstrói a realidade em escala própria, abrindo caminhos para a expressão da subjetividade através do brincar.
Paulo Freire (1996) amplia essa visão ao afirmar que ensinar não é um ato de imposição de saber, mas uma prática de construção compartilhada do conhecimento, mediada pela realidade e pelo diálogo. Nessa lógica, o educador aprende ao ensinar e a criança ensina ao aprender, mostrando que o processo educativo é uma via de mão dupla, onde educador e educando se formam mutuamente em relação ao mundo.
Por meio do brincar, da exploração sensorial e do uso criativo de materiais cotidianos, a criança amplia suas capacidades de observação, interpretação e imaginação. Essas práticas não são meras atividades recreativas: constituem o eixo central da aprendizagem infantil. São através delas que a criança interpreta e reorganiza o mundo à sua volta,

dando significado ao que vivencia e iniciando sua trajetória como sujeito produtor de cultura.

Nesse sentido, a Educação Infantil não deve ser compreendida como uma preparação mecânica para o Ensino Fundamental, mas como uma etapa autônoma, dotada de valor em si mesma. A escola, nesse processo, deve ser um espaço de escuta, respeito e estímulo à autonomia, onde a criança possa experimentar, comunicar, sentir e refletir.

Vygotsky (1991) reforça essa ideia ao destacar que o aprendizado ocorre a partir das interações sociais, especialmente quando mediadas por adultos ou por outras crianças. Tais interações desencadeiam processos de desenvolvimento que não se manifestariam espontaneamente, tornando a aprendizagem o principal motor da construção do pensamento na infância.

Assim, é papel da escola integrar arte, ciência, linguagem, cultura e ludicidade em seu cotidiano, proporcionando experiências significativas que dialoguem com a realidade e com os interesses das crianças. Cabe aos educadores respeitarem os conhecimentos prévios que os pequenos carregam, suas histórias de vida e sua forma particular de compreender o mundo, garantindo-lhes um ambiente de aprendizagem que seja, ao mesmo tempo, acolhedor e desafiador.

3. Família: Primeira Base de Aprendizado, Afeto e Formação de Valores

A família constitui o primeiro universo relacional no qual a criança estabelece conexões emocionais, desenvolve hábitos e aprende a conviver. É nesse ambiente inicial que surgem os vínculos que servirão de base para o desenvolvimento ético, emocional, intelectual e social do sujeito. Por essa razão, a influência familiar nos primeiros anos de vida é decisiva e insubstituível.

Bronfenbrenner (1996), ao propor o modelo ecológico do desenvolvimento humano, posiciona a família dentro do "microssistema", ou seja, o espaço mais próximo e determinante na construção da identidade e da personalidade infantil. É por meio das relações familiares que a criança internaliza valores, compreende normas de convivência e aprende a interpretar o mundo ao seu redor.

A história da infância revela que a concepção da criança como um ser em desenvolvimento é relativamente recente. Ariès (1981) demonstra que, até os séculos XVII e XVIII, a infância não era reconhecida como uma etapa diferenciada da vida. Com o advento do Iluminismo e a emergência da burguesia, essa visão se transforma. A criança passa a ser vista como alguém que precisa de cuidado, educação e orientação moral, e a família assume a função de agente formador, encarregado da transmissão de valores e da proteção afetiva.

Atualmente, o papel da família vai muito além da proteção física e do atendimento das necessidades básicas. Ela é reconhecida como núcleo de socialização primária, responsável por formar os pilares éticos, culturais e afetivos da convivência. Vygotsky (1991) ressalta que é por meio das interações sociais principalmente com os familiares que a criança desenvolve sua capacidade de pensar, comunicar-se e compreender o mundo. A linguagem, nesse processo, é um instrumento central, mediador do desenvolvimento.

Para Gonçalves (2019), o ambiente familiar é o espaço onde se formam as primeiras aprendizagens afetivas, morais e cognitivas, constituindo o solo fértil onde germinam a autoestima, a empatia e a autonomia. É nesse espaço que a criança começa a experimentar as noções de respeito, cuidado mútuo, responsabilidade e pertencimento.

À luz das múltiplas configurações familiares contemporâneas, torna-se fundamental reconhecer e valorizar a diversidade presente nas formas de organização familiar. Não cabe mais restringir o conceito de família a um modelo único, tradicional. O que realmente importa é a qualidade dos vínculos estabelecidos e o comprometimento dos adultos com o bem-estar da criança.

A afetividade, nesse contexto, exerce papel estruturante no processo de formação infantil. Henri Wallon (2007) enfatiza que as emoções são tão relevantes quanto o intelecto na constituição do sujeito. Um ambiente familiar que favorece o diálogo, a escuta e o acolhimento das emoções contribui de maneira decisiva para o desenvolvimento das competências socioemocionais da crian-

ça, preparando-a para interações mais equilibradas e seguras em diferentes contextos sociais.
Mantoan (2003, p. 75) sintetiza essa ideia ao afirmar:

"É no ambiente familiar, permeado pelo afeto e pela aceitação, que a criança aprende que é capaz, que é amada e que pode participar do mundo com confiança. O vínculo com a família sustenta e impulsiona todos os seus processos de desenvolvimento."

Por fim, a articulação entre família e escola deve ser compreendida como uma parceria essencial e estratégica. Quando pais e educadores compartilham valores, metas e responsabilidades no processo educativo, os efeitos sobre o desenvolvimento infantil tendem a ser mais positivos e duradouros. A educação só será verdadeiramente integral e humanizadora se houver um esforço conjunto que reconheça os familiares como agentes formadores da trajetória das crianças.

4. A Atuação Docente na Educação Infantil: Compromisso Ético e Pedagógico com a Primeira Infância

A primeira infância, por constituir um período essencial no desenvolvimento global do ser humano, requer experiências educativas que respeitem as particularidades de cada criança e favoreçam sua formação integral. Nesse contexto, o educador que atua na Educação Infantil exerce um papel indispensável. Sua função vai muito além de conduzir atividades pedagógicas ele é o mediador entre o universo infantil e os saberes sociais, culturais e emocionais que a criança começa a construir desde os primeiros anos de vida. A prática docente exige, portanto, sensibilidade, escuta atenta e constante reflexão sobre o fazer pedagógico. O educador comprometido com a infância precisa estar disposto a ressignificar continuamente suas ações, de forma crítica e contextualizada. Como destacam Geraldi et al. (1998, p. 256), a análise reflexiva da própria prática permite ao professor ampliar sua compreensão, reavaliar suas estratégias e incorporar novos conhecimentos, transformando sua atuação em resposta ativa às necessidades das crianças e às demandas do meio social em que está inserido.
Essa postura reflexiva encontra eco no pensamento de Paulo Freire (1996), que compreende a educação como um ato profundamente político e inacabado. Para ele, ensinar não é simplesmente transmitir conteúdos, mas criar condições para que o conhecimento seja gerado a partir do diálogo, da curiosidade e da experiência. Nesse sentido, a prática educativa na infância precisa valorizar as múltiplas expressões infantis, respeitando os saberes que os pequenos já carregam e incentivando a descoberta constante.
As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (MEC, 2009) reforçam essa concepção ao proporem que o espaço escolar deve ser acolhedor, seguro e desafiador, estimulando a participação ativa das crianças em seu próprio processo de aprendizagem. Através da integração entre arte, linguagem, ciência, brincadeiras e cultura, é possível promover experiências que favoreçam o desenvolvimento cognitivo, afetivo, ético e social.
Para que esse ambiente se torne significativo, o educador precisa elaborar propostas pedagógicas que façam sentido na vida das crianças, respeitando sua realidade e incentivando a construção ativa do conhecimento. Como aponta Emilia Ferreiro (2001), a aprendizagem na infância deve ser compreendida como um processo de interpretação e reinvenção do mundo, em que a criança age sobre os estímulos que recebe, dando-lhes novos sentidos.
O brincar, nesse contexto, emerge como elemento central na experiência pedagógica da Educação Infantil. Longe de ser um momento acessório, o jogo simbólico e a exploração lúdica constituem linguagens fundamentais pelas quais a criança se expressa, compreende o mundo e elabora conceitos. Tizuko Kishimoto (2007) defende que o brincar é um direito da infância e uma via privilegiada para o desenvolvimento da criatividade, da autonomia e da imaginação.
A missão do professor, portanto, não se limita ao ensino de habilidades acadêmicas formais, como leitura e escrita. Ele deve oferecer às crianças oportunidades para o desenvolvimento de múltiplas competências,

incluindo a resolução de conflitos, o pensamento crítico, a comunicação e o respeito às diferenças. A escola, assim, torna-se um espaço de formação ampla, preparando os alunos não apenas para os desafios escolares, mas para a convivência cidadã em uma sociedade plural e democrática.
FREIRE, (1996, p.25) já dizia:

"A atuação do professor não pode se restringir à mera transmissão de conteúdos acadêmicos. Educar é, sobretudo, um ato político, ético e estético, que implica compromisso com a formação integral do sujeito. O professor é um agente de transformação social, que deve provocar reflexões, estimular a autonomia e promover valores como solidariedade, justiça e respeito à diversidade. Ensinar a ler e a escrever é importante, mas insuficiente se desvinculado da construção de sentidos, do diálogo com a realidade e da formação crítica dos alunos."

Por fim, é fundamental compreender que a Educação Infantil não pode ser reduzida a uma simples etapa preparatória para o ensino fundamental ou à introdução precoce de conteúdos escolares. Trata-se de uma fase única e decisiva do desenvolvimento humano, na qual a criança inicia a construção de seu repertório emocional, social, cognitivo e simbólico. É nesse período que ela forma os primeiros vínculos afetivos fora do núcleo familiar, aprende a conviver em grupo, a expressar seus sentimentos, desejos e pensamentos, e a interpretar o mundo por meio da brincadeira, da linguagem e das interações com o meio.
A Educação Infantil, portanto, deve ser reconhecida como o alicerce da formação integral da pessoa, um tempo privilegiado de descobertas, aprendizagens e construção de identidade. Para que esse processo se efetive de forma plena, é imprescindível que o professor atue como mediador sensível e ético, detentor de saberes pedagógicos sólidos e de uma escuta atenta às necessidades e potencialidades das crianças. Seu papel vai além da organização do cotidiano: ele precisa garantir espaços de expressão, promover experiências significativas, respeitar os tempos e ritmos infantis e assegurar um ambiente acolhedor, desafiador e estimulante.
Além disso, é indispensável que esse profissional seja devidamente valorizado, reconhecido e apoiado pelas políticas públicas educacionais. Sua formação inicial e continuada deve estar ancorada em concepções pedagógicas que respeitem a infância como um tempo de direitos, de protagonismo e de liberdade criadora. Como destaca Kramer (2006), "educar na infância é, antes de tudo, reconhecer a criança como sujeito histórico e social, capaz de produzir cultura e sentido sobre o mundo que a cerca" (p. 45).
Assim, garantir uma Educação Infantil de qualidade é um compromisso ético com a justiça social, com a equidade e com a construção de uma sociedade mais humana e democrática. Valorizar essa etapa é, sobretudo, valorizar a infância em sua totalidade.

Conclusão

Analisar a infância sob diferentes prismas histórico, educacional, familiar e profissional permite reconhecer sua complexidade e a responsabilidade coletiva que sua valorização exige. A maneira como a sociedade trata suas crianças revela os princípios éticos e políticos que fundamentam suas instituições e práticas educativas. Ao longo dos tempos, a visão da infância evoluiu de um estágio transitório rumo à vida adulta para uma fase repleta de experiências e significados próprios, dotada de direitos que devem ser assegurados no presente.
Este estudo evidenciou que a infância não pode ser desvinculada de seus contextos familiares, sociais e escolares. A família, como primeira estrutura de convivência, desempenha papel essencial na formação ética, emocional e intelectual da criança. É nesse ambiente inicial que se constroem os primeiros vínculos afetivos e se estabelecem os valores fundamentais para a vida em sociedade. Reconhecer a diversidade das configurações familiares contemporâneas e promover o respeito a essas diferentes realidades torna-se um imperativo para a escola democrática e inclusiva.
A Educação Infantil, por sua vez, se afirma como uma etapa educativa autônoma e estruturante. Longe de ser apenas preparatória para os anos seguintes, ela é um espaço potente de construção de saberes, relações

e identidades. É nesse período que a criança começa a explorar o mundo, expressar-se de forma criativa, conviver com o diferente e desenvolver suas múltiplas potencialidades. O ambiente escolar deve, portanto, favorecer vivências ricas, sensíveis e intencionais, colocando a criança no centro do processo educativo.

O professor, nesse cenário, assume um papel insubstituível. Sua atuação requer escuta, empatia e competência técnica para lidar com os desafios e as singularidades da infância. Mais do que transmitir conteúdos, o educador precisa construir condições para que cada criança se reconheça como sujeito de direitos, capaz de pensar, sentir e transformar a realidade que a cerca. Os aportes teóricos de autores como Paulo Freire, Emilia Ferreiro e Kishimoto evidenciam que a educação infantil deve se basear no respeito à infância, na ludicidade, no diálogo e na valorização do conhecimento como construção coletiva.

Para que essa concepção se efetive, é necessário investir em políticas públicas que valorizem a primeira infância, assegurem a formação continuada dos profissionais da educação, promovam a participação ativa das famílias e garantam condições adequadas de infraestrutura, recursos e acompanhamento pedagógico. A transformação social começa pela infância: investir nas crianças é construir as bases para um futuro mais ético, justo e solidário.

Dessa forma, é possível afirmar que reconhecer a criança como um sujeito de direitos, pleno em sua existência e não apenas como um ser em transição rumo à vida adulta, representa um compromisso ético e social com a dignidade humana. Essa concepção rompe com visões tradicionais e reducionistas que enxergam a infância unicamente como uma fase preparatória para o futuro. Ao contrário, valorizar o presente da infância significa legitimar suas experiências, seus modos próprios de sentir, pensar e agir, compreendendo que as crianças constroem sentidos sobre o mundo e participam ativamente da cultura em que estão inseridas.

Garantir à criança espaços de escuta, de expressão e de participação é reconhecer sua potência transformadora desde os primeiros anos de vida. O brincar, a imaginação, a curiosidade e a linguagem são expressões legítimas dessa potência e devem ser respeitadas e incentivadas nas práticas educativas. Como destaca Rinaldi (2004), "o reconhecimento da criança como produtora de cultura exige um olhar pedagógico que não se limite a ensinar, mas que esteja disposto a aprender com ela" (p. 87). Isso implica assegurar contextos educativos que não apenas cuidem, mas que também eduquem com intencionalidade, sensibilidade e compromisso com a construção de uma infância plena.

Educar na infância, portanto, não é uma tarefa individual, mas um gesto coletivo que envolve toda a sociedade. É um ato político, que exige a construção de ambientes mais justos, inclusivos e respeitosos com as diversidades da infância. Trata-se de um projeto de sociedade que reconhece o valor intrínseco do ser humano desde seus primeiros dias, que acredita na força das relações humanas e no papel transformador da educação como instrumento de emancipação e justiça.

Investir na infância não é apenas um dever legal ou moral, mas uma aposta no presente e no futuro da humanidade. É acreditar que toda criança tem o direito de ser feliz, de aprender, de ser respeitada em sua individualidade e de crescer em ambientes que promovam a equidade e a cidadania desde cedo.

Referências

ARIÈS, Philippe. História social da criança e da família. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

BENJAMIN, Walter. Reflexões: a criança, o brinquedo, a educação. São Paulo: Summus, 1984.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília: MEC/SEB, 2009.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescen-

te (ECA). Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Brasília, DF: Senado Federal, 1990.
BRONFENBRENNER, Urie. A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.
FERREIRO, Emilia. Los hijos del analfabetismo. 2. ed. México: Siglo XXI, 2001.
FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 17. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
GERALDI, João Wanderley; GERALDI, Marly Amarilha; BORTONI-RICARDO, Stella Maris. Porto do sentido: leitura na escola. São Paulo: Mercado de Letras, 1998.
GONÇALVES, Flávia. Infância, família e educação: fundamentos e práticas pedagógicas. Curitiba: Appris, 2019.
KISHIMOTO, Tizuko Morchida. Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação. 10. ed. São Paulo: Pioneira, 2007.
MANTOAN, Maria Teresa Égler. Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.
MENDONÇA, Marina. Educação infantil: fundamentos e práticas. Campinas: Papirus, 2012.
ROSEMBERG, Fúlvia. Educação Infantil: múltiplas dimensões. São Paulo: Cortez, 2001.
TADEI, Juliana; STORER, Graça. Educação infantil e formação de professores: contribuições pedagógicas. São Paulo: Cortez, 1998.
VYGOTSKY, Lev S. A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.